Arilson dos Santos Gomes
Mestre em História pelo PPGH/PUCRS.
Coordenador do GT Negros-ANPUH/RS e membro pesquisador
vinculado ao Grupo Africanidades, Ideologias e Cotidiano do PPGH/PUCRS.

Oásis e Desertos no Brasil

Da Frente Negra Brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra

O artigo investiga a história da Frente Negra Brasileira, fundada em 1931. Pesquisamos a Frente Negra paulista, a pelotense, a baiana e a pernambucana, identificando um *movimento frentenegrino* na República brasileira em busca da inserção social das populações afro-descendentes e questionando se as suas ações iam ao encontro das propostas apresentadas nos encontros nacionais afro-brasileiros e negros.
Palavras-chave: congressos; desertos; Frente Negra Brasileira; movimento frentenegrino; oásis.

This research investigated the history of the Brazilian Black Front. We researched the *paulista, pelotense, baiana* and *pernambucana* Black Fronts and we identified a *Frentenegrino* Movement in the Brazilian Republic that was searching the social insertion of the Afro-brazilian populations. We asked if their actions were similar to those proposals presented during the Afro-Brazilian and Black National meetings achieved in our country.
Keywords: Brazilian Black Front; congresses; deserts; Frentenegrino Movement; oasis.

A Frente Negra Brasileira (FNB) surgiu em São Paulo no dia 16 de setembro de 1931. Em sua trajetória foi presidida por Arlindo Veiga dos Santos, que ocupou o cargo até junho de 1934, e por Justiniano Costa, que ficou na presidência até a extinção da organização, em 1937. A sua origem pode ser pensada como resultado prático do amadurecimento da imprensa negra paulista e brasileira, bem como do reflexo dos acontecimentos ocorridos nas agitações dos anos de 1930, conhecida por muitos como Revolução de 30,

episódio que tumultuou as estruturas republicanas brasileiras.[1]

A produção de periódicos e as comoções políticas foram os ingredientes que possibilitaram aos intelectuais negros paulistas e brasileiros a formação de organizações negras que primavam pela plena integração das populações afro-descendentes à vida nacional, algo necessário para um país que viveu mais de quatro séculos sob a égide da escravidão e que seguia inoperante frente à situação cotidiana enfrentada por este grupo.

Em São Paulo, o cotidiano das populações negras antes da criação da FNB era difícil. Conforme Domingues, foi possível identificar fatores, concomitantes, ocorridos no final do século XIX, que decretaram as mazelas sociais para a população negra, tais como a diminuição "assombrosa" da natalidade, óbitos agravados com a mortalidade infantil e doenças, ausência de políticas públicas, o aumento da imigração europeia e a miscigenação pensada como processo de branqueamento da população negra.[2]

Nesse período, existiam novas perspectivas para o avanço da qualidade de vida, incluindo as populações afro-descendentes, que no pós-abolição, mesmo com a Proclamação da República, tiveram poucas melhorias em suas condições sociais. Por isso, havia muitos intelectuais negros que ainda simpatizavam com a Monarquia, pois a República trouxera poucas benfeitorias de fato. José Correia Leite, que foi um dos líderes do grupo, questionou o apoio da organização para com os ideais monárquicos e do centralismo político. Leite acusava os líderes da FNB de monarquistas e integralistas, saindo da diligência da associação e fundando a Frente Socialista.

A Frente Negra inovou com suas estratégias de ação, pois além de manter um jornal, o *A Voz da Raça*, utilizava os cabos distritais para arregimentar simpatizantes e associados pelos bairros da cidade de São Paulo e interior. Cobrava melhorias nas condições dos negros paulistas através da alfabetização e instrução, visando elevar o negro socialmente e lutando por cidadania e equidade em uma sociedade competitiva e moderna.

Em relação à organização conter em seu título a nomenclatura Frente, sabemos que era um nome comum em outras agremiações políticas, como em torno das disputas oligárquicas. Mas por que esta entidade também carregou o adjetivo "Brasileira"?

Segundo Francisco Lucrécio, secretário da organização, a principal preocupação da entidade foi a criação de uma ideologia identificada com a nacionalidade. Lucrécio explica que os referenciais de resistência para o negro no passado do Brasil foram a Guerra do Paraguai, Zumbi, a revolta de João Cândido, a Revolta dos Malês etc. A menção não era a volta à África e sim dar sequência a essas lutas em território brasileiro.[3]

Em 1934, a direção da Frente paulistana decidiu registrá-la como partido político atuando pela busca de votos para conquistar o eleitorado negro, o que se tornou impossível devido ao encerramento das atividades eleitorais em nosso país, preconizadas pelo Estado Novo, em 1937.

Para analisar a FNB, bem como para mensurar a sua importância para as populações negras brasileiras e para as atividades nacionais sobre estas questões, devemos contextualizar sua existência nas diversas cidades.[4] Portanto, ao se pesquisar esta organização, devemos entendê-la como um movimento frentenegrino, pois concordamos com Flávio dos Santos Gomes ao dizer que "para se analisar a FNB temos que pensar em seus desdobramentos que foram diversos".[5]

O movimento frentenegrino e os cabos distritais em movimento

Nossa hipótese quanto ao "movimento das ideias" sobre a temática negra ocorre da seguinte forma: os cabos distritais[6] arregimentavam filiados para os quadros da Frente Negra nos bairros da cidade de São Paulo. Os delegados em trânsito[7] fundavam núcleos da organização em cidades portuárias pelo Brasil, e muitas dessas filiais continuaram a produzir periódicos próprios, propiciando a circulação de suas propostas. Essas ideias passam a se movimentar por meio das delegações e de participantes de outros estados brasileiros, que viajaram pelo país para participar dos congressos nacionais sobre a temática, o que, de certa forma, colocava essas pessoas como cabos distritais dos encontros, as quais levavam seus estudos e pesquisas para apresentar nesses eventos, e traziam informações para os seus estados e cidades de origem, estabelecendo-se assim uma forma de difusão dos pensamentos apresentados nesses locais por todo o território nacional.

Identificamos o deslocamento dos homens vinculados à Frente Negra Brasileira, e a sua difusão de ideias entre as regiões brasileiras, como um movimento frentenegrino e denominamos os locais que estas pessoas se reuniam, bem como os congressos, de "oásis". Em contrapartida, reconhecemos como "desertos" o racismo, o preconceito e as discriminações sofridas por qualquer ser humano, neste caso, mazelas que atingiam diretamente a população negra.

A formação de oásis em um lugar social

A metáfora de oásis e deserto foi pensada a partir da leitura de Arendt, que utiliza esses termos para refletir a condição humana, mantida através desses desafios. Segundo a autora: "o deserto é o mundo sob cujas condições nós nos movemos (...) dependendo da situação, talvez seja necessária a capacidade de sofrer, a virtude de suportar ou a coragem para agir. Em termos genéticos, que a esperança repouse sobre aqueles que vivem apai-

xonadamente sob as condições do deserto e que podem agir com coragem: pois, o que eles fazem, é político".[8]

A formação das Frentes Negras e a realização dos Congressos afro-brasileiros e negros tiveram como principais objetivos propor a criação de "oásis", para a sociedade e os negros brasileiros combaterem o racismo, o preconceito e as discriminações.

Estes lugares sociais contribuíram, por meio da produção de teses, debates culturais, políticos e sociais, para a história da comunidade negra na formação da nacionalidade brasileira: um lugar social é criado por uma topografia de interesses, "pois é em função deste lugar que se instauram os métodos, documentos e as propostas se organizam", como afirma Michel de Certeau em *A escrita da história*.

É importante salientar que nessas reuniões inexistia o caráter separatista ou isolacionista entre grupos étnicos, instâncias políticas, etos religiosos ou coisas do gênero, pelo contrário, eram altamente "integracionistas", pois preconizavam respeito às Constituições vigentes.[9]

A Frente Negra em Salvador, Recife e Pelotas e a diversidade do movimento

A Frente Negra de Salvador foi criada entre julho e novembro de 1932, por Marcos Rodrigues dos Santos, fiscal de estrada de rodagem, que participara da fundação de um núcleo da organização na cidade de Santos.

Quais as aproximações e os distanciamentos que localizamos entre a Frente Negra Paulista e a sua coirmã baiana? Segundo Bacelar, do ponto de vista do ideário, bem como das ações, existem muitas aproximações entre elas. Porém, levando em consideração as peculiaridades históricas e políticas de Salvador, são identificados distanciamentos.[10]

A cidade de Salvador, diferentemente do que ocorreu em São Paulo, era a favor da ordem social, política e econômica estabelecida nos moldes tradicionais.[11] A diferença de seus organizadores em relação aos paulistas ocorreu porque na cidade de São Paulo sofreram abertamente discriminação no mercado de trabalho, sendo substituídos pelos imigrantes.[12] Os afro-descendentes paulistas tinham grandes expectativas de superação dessas condições, acenada pelas agitações dos anos de 1930. Em Salvador, os negros baianos continuavam em posições normais, integrados ao trabalho, sobretudo autônomo.

A organização teve vida curta, cerca de cinco meses, porém foi intensa na sociedade soteropolitana, na medida em que o movimento trouxe à tona por meio de seminários, os desertos da questão racial naquela sociedade tradicional, como a desigualdade entre negros e brancos e a união dos negros como caminho para a superação do preconceito e da discriminação, pontos importantes para a formação de oásis. Seu líder e fundador, Marcos Rodrigues dos Santos, continuou

morando em Salvador, onde faleceu na década de 1950.

No Rio Grande do Sul, a Frente Negra Pelotense foi fundada no dia 10 de maio de 1933 por José Adauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, integrantes do periódico *A Alvorada*. Tinha como atividades, em suas dependências, a realização de cursos para a comunidade negra, direcionados para a educação e a união. Dentre os seminários, constavam a "Reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça" e "A mulher negra e o futuro da raça".

Destacamos o Rio Grande do Sul no nascimento da denominada imprensa negra brasileira, pelo fato do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre ter sido o mais antigo do país, fundado em 1892, e o jornal *A Alvorada* de Pelotas o que mais tempo circulou, de 1907 a 1965.

Pelotas, a "princesa do sul", teve em sua consolidação urbana e industrial, motivações geradas pela riqueza proporcionada pelo charque. Em função dos estabelecimentos saladeiris, de caráter artesanal, que se iniciaram em 1780, a região foi um dos locais de maior concentração de escravos no Rio Grande do Sul, situação que se manteria até o século XIX, quando as charqueadas transformaram-se em empresas voltadas para o mercado nacional.[13]

Devido a essa situação, o município desenvolveu fatores socioeconômicos diferenciados de São Paulo. Conforme Loner, como característica peculiar da cidade ressalta-se a utilização da mão de obra negra na industrialização, ao contrário de São Paulo, que utilizou o imigrante.[14]

Os operários negros, através de organizações classistas, desenvolveram o que Santos denominou de "dupla militância",[15] em associações de raça e de classe. Para Loner, "a opção pela organização classista operária era uma das poucas esperanças de melhoria de vida"[16] em meio aos desertos pelotenses.

Destacamos, entre as suas ações, a Campanha de Pró-Educação, realizada pelos intelectuais do jornal *A Alvorada*, com o intuito de aumentar a autoestima do negro naquela cidade.

Identificamos dois motivos que contribuíram para a sua breve existência. Em primeiro lugar, a Constituição brasileira, e em segundo, a causa proletária, porque ambas iam de encontro ou dificultavam a construção de uma identidade exclusivamente negra. Esse movimento social, pelos indícios de que dispomos, perdurou em Pelotas por três anos, até 1936.

Percebemos que devido à Frente Negra Pelotense ter sido fundada pelos donos do jornal *A Alvorada* na década de 1930, essa situação fez com que, na prática, as duas instituições, pelo período de três anos, se tornassem fundidas em um único lugar social, registrando e difundindo os mesmos interesses.

Miguel Barros, conhecido por "Mulato", era integrante da Frente Negra Pelotense e foi um dos responsáveis diretos pela fundação desse movimento social em Recife. Conforme Santos, "Barros assume a redação do jornal por um breve período em 1934, logo após iria representar a Frente Negra Pelotense no Congresso do Recife".[17] Fátima Aparecida da Silva entrevistou o filho de Vicente Lima, um dos fundadores do movimento no Recife, em 1934, o senhor Gustavo Lima. Segundo sua versão, "o gaúcho Barros dos Mulatos (sic) veio para Pernambuco e quando ele chega aqui faz contato com Solano Trindade e com Zé Vicente, e criam a Frente Negra Pernambucana".[18]

A Frente Negra em Recife teve curta duração, entre 1936 e 1937, tendo sido fechada devido ao final das atividades eleitorais e associativas, preconizadas pela instauração do Estado Novo de Getúlio Vargas. A partir daí, a entidade se transformou em um Centro de Cultura Afro-Brasileiro, existente até hoje. Conforme a pesquisadora Fátima Aparecida da Silva, "a história da Frente Negra Pernambucana continua (...)".

Os congressos afro-brasileiros

Em novembro de 1934, ocorreu no Recife o I Congresso Afro-Brasileiro, organizado e proposto por Gilberto Freyre (1900-1987), contando com o apoio dos integrantes da Frente Negra Pernambucana. Realizado no Teatro Santa Isabel, entre as suas atividades foram debatidos temas diversos: a história da importação e da escravidão africana, os problemas de aculturação do negro, as variações antropométricas raciais e discussões sobre o livro *Casa-Grande e senzala*.

Miguel Barros, "o Mulato", representante da Frente Negra Pelotense, participou do congresso apresentando trabalho sobre "a grandeza da raça".[19] A distância percorrida por ele, tendo como partida a cidade de Pelotas, foi de mais de quatro mil quilômetros. Na época, o principal meio de transporte para viagens deste tipo era o navio, o que denota um imenso movimento de pessoas e de seus pensamentos, por ocasião destes oásis, independente das regiões de suas formações.

Conforme Clilton, o encontro do Recife foi muito importante para a época, por pretender estudar a trajetória do negro e a sua importância para o processo de formação da identidade sociocultural do país.[20] Tuna explica que este congresso representou um amplo esforço de sistematização do que havia sido produzido até então sobre a cultura afro-brasileira, num tempo em que a universidade ainda estava em estágio de formação.[21]

Três anos depois do Congresso do Recife ocorreu, entre os dias 11 e 19 de janeiro do ano de 1937, o II Congresso Afro-Brasileiro, nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Organizado pelo governo do Estado, sob a liderança de Edison Carneiro (1912-1972), Áydano do Couto (1914-1985) e

Reginaldo Guimarães, o encontro teve apresentações de trabalhos e homenagens.[22] Depois da realização do conclave, no dia 3 de agosto de 1937, fundava-se, com o apoio dos participantes, a União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia.

Vinicius Clay, que pesquisou a sociedade baiana através da imprensa, no trabalho intitulado *O negro em O Estado da Bahia*: de 9 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1938, explica que, embora com propostas diversas, as iniciativas deste lugar social redundaram no atual Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO-UFBA), criado em 1959.[23]

Deve-se ressaltar a presença de dois participantes gaúchos nesse congresso: o prof. dr. Dante Laytano (1908-2000) e o prof. dr. Dario Bittencourt (1901-1974), que colocamos como os cabos distritais sul-rio-grandenses, pois levaram seus estudos para apresentar no evento, e provavelmente trouxeram informações para a sua cidade natal, Porto Alegre.

O sociólogo Guerreiro Ramos (1915-1982), em 1954, analisou da seguinte maneira o I e o II Congresso Afro-Brasileiro: "Ambos estes conclaves foram predominantemente acadêmicos ou descritivos".[24]

O "tom" do I e II Congresso Afro-Brasileiro foi importante, porque foram lugares sociais em que os aspectos culturais mais se destacaram.[25] A partir dos outros congressos que analisaremos, notaremos que as discussões apontaram para as necessidades cotidianas da população negra à procura de um "oásis" social nos desertos do Brasil.

Mudando o foco: Abdias Nascimento e o Teatro Experimental do Negro

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1944, no final da vigência do Estado Novo, pelo intelectual negro Abdias do Nascimento, ex-integrante da Frente Negra Brasileira. Tinha por objetivo, além de produzir peças teatrais, motivar o negro, através da alfabetização, a combater a discriminação e o preconceito racial. Funcionava em sede emprestada pela União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo. O responsável teórico do grupo foi Guerreiro Ramos (1915-1982).

O jornal *Quilombo* divulgou trabalhos do TEN em todos os seus campos de ação, entre 1948 e 1951, além de publicar reportagens, entrevistas e matérias sobre assuntos de interesse da comunidade.

Abdias do Nascimento nasceu em Franca, interior paulista, no dia 14 de março de 1914. Sua família era numerosa, somando um total de sete irmãos. Sua mãe era doceira, cozinheira e ama de leite de filhos de fazendeiros de café. O pai era sapateiro e um católico praticante. Com treze anos de idade, Abdias já ensinava no primário e atuava como guarda-livros em fazendas da vizinhança. Aos dezesseis anos, entrou para o Exército, do qual foi

expulso por ter se envolvido em uma briga, depois que seguranças o impediram de entrar em um bar, na companhia de um amigo, pelo fato de serem negros. Desde sua infância envolvia-se com protestos e passeatas de rua contra a discriminação racial e pela integração do negro à sociedade. No entanto, sua primeira experiência de luta orgânica foi como membro da Frente Negra Brasileira. Na época, ele ainda servia no Exército brasileiro, envolvendo-se pouco nas atividades da organização, mas distribuiu panfletos reivindicando e denunciando o preconceito na época da ditadura de Vargas.[26]

Querendo agir em duas frentes, Nascimento promoveu uma primeira experiência de denúncias de "equívocos e a alienação dos chamados estudos afro-brasileiros" ocorridos, segundo ele, nos congressos realizados anteriormente, e promoveu, também, um segundo rumo à conscientização do negro, entendido para ele como de fundamental importância para que este tomasse consciência da

Teatro Experimental do Negro. Ensaio da peça *O sortilégio*

situação objetiva em que se achava inserido no seu país.

O TEN realizou, em São Paulo e no Rio de Janeiro, convenções e congressos nos anos de 1945 e 1946.[27] De 9 a 13 de maio de 1949, em comemoração ao aniversário da Abolição, na capital fluminense, o grupo organizou a Conferência Nacional que reuniu representantes de várias regiões do país. Identificamos a importante presença de Isaltino Veiga dos Santos, um dos fundadores da extinta Frente Negra Brasileira, que apresentou um trabalho, conforme noticiado no jornal *Quilombo* (1949, p. 7). Esse encontro propunha, segundo Abdias do Nascimento, "a revisão das teorias apresentadas pelos congressos anteriores" e serviria também como preparatório para o I Congresso do Negro Brasileiro.[28]

Esta reunião foi realizada em 1950, na então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, tendo entre seus temas: a necessidade da regulamentação e organização das empregadas domésticas, campanhas de alfabetização e teses sobre manifestações de racismo. Seus organizadores foram Edison Carneiro, Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento. O I Congresso do Negro contou com a apresentação de treze trabalhos entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 1950. Seus cabos distritais foram: Roger Bastide, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, Guiomar Ferreira de Matos, Oraci Nogueira, Mário Barata, Luís Câmara Cascudo e Ironildes Rodrigues, entre outros.[29]

Conforme Ceva, "correntes divergentes surgiram no interior do Congresso ilustrando a complexidade do tema, entre academia e militância".[30] Nesse contexto, surgiu em 1951 a Lei Afonso Arinos, que tornou crimes comuns passíveis de sanção penal, os atos de discriminação racial no Brasil. A partir disso, passam a existir aspectos concretos nos encontros visando à melhoria social/cidadã da comunidade negra, com o surgimento de leis em prol de uma sociedade mais justa.[31]

Retornando às questões teatrais, entre os anos de 1950 e 1954, surgiu no Rio de Janeiro e em São Paulo o Teatro Popular Brasileiro (TPB), organizado pelo ex-frentenegrino Solano Trindade, um dos fundadores da Frente no Recife. Essa iniciativa visou aprofundar as pesquisas sobre macumba e candomblé, escolas de samba, folias de reis e teatro alegórico, além de manter uma cozinha de pratos típicos afro-brasileiros. O TPB contribuiu para a cultura e o cinema brasileiro apresentando obras afro-brasileiras no exterior, em Portugal, França e Espanha.[32]

O I Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre

A iniciativa de organizar o encontro coube à Sociedade Beneficente Floresta Aurora, apoiada pelos governos municipal, estadual, federal e empresas privadas. Houve ampla repercussão na imprensa porto-alegrense, entre 14 e 21 de setembro de 1958, e no editorial do periódico *Cor-*

reio da Manhã, que circulou na cidade do Rio de Janeiro no dia 1º de outubro do mesmo ano.[33]

De acordo com a historiadora Liane Muller, a Sociedade foi fundada em Porto Alegre no dia 31 de dezembro de 1872, pelo negro forro Polydorio Antônio de Oliveira. O principal objetivo da entidade era zelar pela comunidade afro-gaúcha materialmente e socialmente, auxiliando a realização de enterros dignos para os negros.[34] É considerada a associação negra mais antiga do país em atividade.

Esse congresso recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior gaúcho, contando com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais brancos e negros, e a comunidade.[35]

A Sociedade Floresta Aurora tinha muito prestígio no período, por sua antiguidade e influência nacional. Além de enviar representantes para os Congressos e Convenções Nacionais do Negro de São Paulo e do Rio de Janeiro, ainda teve como ex-presidente Heitor Fraga, homem conhecido por sua participação como dirigente em confederações regional e nacional de esportes. A Sociedade foi pioneira na década de 1950 dos famosos bailes de debutantes conhecidos

Abdias Nascimento em cena, no Teatro Experimental do Negro

nacionalmente, apresentando a beleza da mulher negra para a sociedade porto-alegrense.

O I Congresso Nacional do Negro ocorreu nas dependências da Sociedade Floresta Aurora e na Câmara de Vereadores entre os dias 14 e 19 de setembro de 1958, e contou com a presença de Dante Laytano (1908-2000), que versou sobre sua viagem à África, e de Dario Bittencourt (1901-1974); ambos realizaram comunicações nas atividades do II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador e nos congressos organizados pelo Teatro Experimental do Negro.

Os cabos distritais delinearam a seguinte situação neste congresso: para os organizadores e participantes o maior deserto do negro brasileiro era o seu baixo nível intelectual (pouco estudo), sendo necessária uma ampla campanha de alfabetização organizada pelas associações negras com o auxílio dos poderes públicos constituídos.[36]

Como característica diferenciada em relação aos congressos anteriores, este conclave teve a participação em peso de políticos partidários, oriundos principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de sua ideologia nacionalista, vinculados aos ideais de Leonel de Moura Brizola, então prefeito licenciado de Porto Alegre, que alicerçado no binômio "educação popular e desenvolvimento" conquistou o governo do estado do Rio Grande do Sul, duas semanas após este encontro.[37]

Plenária de uma das sessões do I Congresso Nacional do Negro, em 1958

O I Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre foi um evento voltado para as alianças entre os grupos políticos e étnico-sociais, representados pelo PTB e pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora, visando à eleição estadual no Rio Grande do Sul. O PTB foi muito favorecido, mas também a comunidade negra, pois, a partir desse momento, ela passou a se beneficiar diretamente com essas alianças, como por ocasião da "Campanha de Alfabetização Intensiva dos Negros Brasileiros" que seria promovida pelas organizações recreativas, culturais e beneficentes que congregavam a comunidade negra em conjunto com o poder público municipal, estadual e federal. Conforme anunciou o jornal *A Hora*, de Porto Alegre, em 18 de setembro, à página 5, a "alfabetização intensiva do homem negro brasileiro é o caminho para a sua total integração na sociedade. Esta é a principal conclusão que levou o Primeiro Congresso do Negro, que se realiza nesta capital desde o dia 14 do corrente e que hoje chega ao seu final".

Conclusão

De 1931, ano de fundação da Frente Negra Brasileira e do movimento frentenegrino, até 1958, ano de realização do I Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre, a República brasileira passou pela Revolução de 30, o Estado Novo, os governos populistas, o nacional desenvolvimentismo e a origem do trabalhismo. Em todos esses acontecimentos tivemos o silenciamento[38] da trajetória de intelectuais afro-descendentes e de suas lutas pela cidadania e integração na sociedade e na história do Brasil.

Plenária de uma das sessões do I Congresso Nacional do Negro, em 1958

Após a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, pouco foi feito por parte do Estado para a inserção das populações negras em uma sociedade competitiva. Pelo contrário, optou-se pela importação de braços imigrantes ao trabalho livre. Além disso, os negros foram relegados materialmente e humanamente, com as justificativas advindas dos discursos de inferioridade construídos pela ciência da época.

Para combater esses desertos, considerados neste artigo como focos de racismo, preconceito e discriminação, era necessária a criação dos oásis. Esses eventos, fossem núcleos da Frente Negra e/ou Congressos, foram acontecimentos realizados com esforços de pessoas que vislumbravam uma sociedade mais justa, onde o negro deveria ser reconhecido e valorizado.

Entendemos que as atividades de caráter nacional sobre a temática afro-brasileira e negra foram fortalecidas pela atuação da Frente Negra de São Paulo e do movimento frentenegrino, por intermédio de seus intelectuais que viajavam Brasil afora denunciando a necessidade de reconhecimento destas questões. Miguel Barros, representante da Frente Negra Pelotense, foi ao Recife e juntamente com Solano Trindade (1908-1974) fundaram em 1934 a Frente Negra. Ambos participaram do I Congresso Afro-Brasileiro, organizado por Gilberto Freyre (1900-1987), e realizado no mesmo ano.

Abdias Nascimento organizou em 1949 a Convenção e a Conferência do Negro, em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente. Em 1950 concretizou, novamente no Rio de Janeiro, o I Congresso do Negro Brasileiro, juntamente com Edison Carneiro (1912-1972), organizador do II Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1934, em Salvador. Os intelectuais gaúchos Dante de Laytano (1908-2000) e Dario Bitencourt (1901-1974) estiveram nessas atividades, ou seja: tiveram constantes contatos com os pensamentos frentenegrino, e os dois palestraram nas atividades do I Congresso Nacional do Negro de Porto Alegre, de 1958.

Se no I Congresso Nacional do Negro, realizado na capital do Rio Grande do Sul, não identificamos nenhum intelectual que tenha atuado diretamente na Frente Negra, certamente a proposta firmada neste oásis, intitulada "Campanha Nacional de Alfabetização", somente foi possível devido a esta reivindicação ser uma constante preocupação do movimento frentenegrino. A educação era considerada o maior instrumento para a conscientização e elevação social do negro brasileiro, proposta também evidenciada no Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento.

A lei n. 10.639/03 – que instaurou a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira em todo currículo escolar, e os seus conteúdos programáticos, dos quais citamos: o negro na forma-

ção da sociedade nacional e a contribuição do negro nas áreas sociais, econômicas, culturais e políticas, pertinentes à história do Brasil – demonstra, de certa forma, o reconhecimento da República brasileira às reivindicações surgidas a partir dos oásis criados nos desertos do Brasil.

Agradeço a dra. Margaret Bakos e a dra. Lúcia Regina pela profícua parceria no AIC, e Voltaire Schilling, diretor do Memorial do Rio Grande do Sul, pelo apoio. Agradeço também as dicas em relação ao texto de Elizabeth Castillo Fornés.

N O T A S

1. Sobre a Revolução de 30, ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1994. Quanto à imprensa negra, o primeiro jornal negro, de São Paulo, foi o *Menelik*, fundado em 1915; depois surgiram os seguintes jornais: *A Princesa do Norte*, o *Tio Urutu*, *A Rua*, *O Xauter* e *A União*, em 1918; *O Alfinete e o Bandeirante*, e *A Protetora*, em 1919; *A Liberdade*, de 1920; *A Sentinela*, em 1922; *O Kosmos*, em 1923; *O Getulino*, em 1924; *O Elite*, em 1928; *O Auriverde*, *O Patrocínio* e *O Progresso*, em 1932. O mais representativo jornal no 'meio negro' foi *O Clarim da Alvorada*, fundado por José Correia Leite e Jayme Aguiar. Em 1932, surge o jornal da Frente Negra Brasileira, *A Voz da Raça*.

2. DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo (1915-1930). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002, p. 566-572.

3. BARBOSA, Marcio. *Frente Negra Brasileira, depoimentos*. São Paulo: Quilomboje, 1998, p. 46.

4. Entre os anos de 1950 e 1980, sociólogos como Florestan Fernandes e Roger Bastide contribuíram muito em suas pesquisas no que tange à formação e à organização dos movimentos negros paulistas e principalmente sobre o que conhecemos da Frente Negra Brasileira. No entanto, seus aprofundamentos devem ser entendidos como pesquisas realizadas sobre o núcleo paulista. Existiram vertentes da Frente Negra em outros estados, com ideologias políticas completamente diferentes, embora todas elas primassem pela elevação social do negro na década de 1930.

5. GOMES, Flavio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 55.

6. "A FNB inovaria com o mecanismo de cabos para arrecadar sócios e recursos." GOMES, Flavio dos Santos, op. cit., p. 46.

7. Notamos estas viagens através do discurso de fundação da FNB em Salvador no ano de 1932, sendo que naquela ocasião o seu líder, Marcos Rodrigues dos Santos, disse que: "gostava de ensinar a ler aos que não sabiam, chegando a reger a escola noturna da Sociedade de São Vicente (...) fui alfabetizar (...) viajando para o norte de Minas, sempre pregando contra o analfabetismo (...) fui para Santos, lecionando no mosteiro de São Bento. Ahi (sic) fundei a Frente Negra, conseguindo alistar quatro mil negros". *Diário da Bahia*, 16 nov. 1932, apud BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças, negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p. 146. Em outra leitura identificamos que Simeão M. da Silva, pelotense, foi convidado para ser "delegado em trânsito" da FNB em Santos, no ano de 1932, viajando a bordo do cargueiro *Mantiqueira*. SANTOS, José Antô-

nio dos. *Raiou 'A Alvorada'*: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 132.

8. ARENDT, Hannah. *O que é política?* Fragmentos das obras póstumas compilados por Úrsula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 183.

9. A Constituição de 1934 dizia: "Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivos de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas" (art. 113, alínea I). Já a Constituição de 1946, artigo 141, ofereceu as bases dos direitos individuais à "vida, liberdade, segurança e propriedade pessoal", enquanto estabelecia novamente: "todos são iguais perante a lei". DAVIS, J. *Afro-brasileiros hoje*. São Paulo: Selo Negro, 2000, p. 39.

10. BACELAR, Jeferson, op. cit., p. 149.

11. Por moldes tradicionais entendemos uma sociedade em que negros e brancos convivem cientes de suas posições sociais, sem conflitos visíveis. COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 365.

12. Foi após a guerra de 1914-1918 que o negro começou a reivindicar e ter consciência de sua condição inferior ao do imigrante na capital paulista, que tendo chegado ao Brasil tão pobre como ele, conseguiu subir na escala social, enquanto o negro permaneceu embaixo. BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959, p. 226.

13. SANTOS, José Antônio dos, op. cit., p. 48.

14. LONER, Beatriz Ana. *Classe operária*: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937. 1999. Tese (Doutoramento em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 232.

15. SANTOS, José Antônio dos, op. cit., p. 44.

16. LONER, Beatriz Ana, op. cit., p. 233.

17. SANTOS, José Antônio dos, op. cit., p. 107.

18. Depoimento em 20 jan. 2007. SILVA, Fátima Aparecida. O movimento social Frente Negra Pernambucana, 1936-1937: a história continua. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, 2007.

19. "A Frente Negra Pelotense, da plaga de Marcílio Dias, cumprimenta o I Congresso Africano-Brasileiro, da terra pernambucana de Henrique Dias, com um amplexo sincero, pela grandeza da raça". Miguel Barros em *Anais do I Congresso Afro-Brasileiro*, p. 269. Encerramento da fala de Barros no evento.

20. PAZ, Clilton Silva. A importância do I Congresso Afro-Brasileiro do Recife. II SIMPÓSIO ESCRAVIDÃO MESTIÇAGEM – MG, 2006, p. 19.

21. TUNA, Gustavo Henrique. O negro deu régua e compasso. *Revista de História* da Biblioteca Nacional, set. 2005, p. 68-73.

22. Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) foi considerado o pioneiro nas pesquisas sobre africanos e negros no Brasil. CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

23. CLAY, Vinícius. *O negro em O Estado da Bahia*: de 9 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1937. 2006. Disponível em http://www.facom.ufba.br/pex/viniciusclay.doc/ Acesso em fev. 2008.

24. RAMOS, Guerreiro. O problema do negro na sociologia brasileira. Transcrito de *Cadernos de Nosso Tempo*, v. 2, n. 2, jan./jun. 1954, p. 189-220. Disponível em http://www.schwartzman.org.br/simon/negritude.htm. Acesso em 31 ago. 2007.

25. NO TERRENO das práticas, representações, linguagens e costumes. HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003, p. 332.

26. CEVA, Antonia Lana de Alencastre. *O negro em cena*: a proposta pedagógica do Teatro Experimental do Negro. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 20-21.

27. Idem, ibidem, p. 26.

28. NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Sérgio Antônio. *Tirando a máscara*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 214.

29. PINTO, Luiz Antonio Costa. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953, p. 296.

30. CEVA, Antonia Lana de Alencastre, op. cit., p. 66.

31. Concordamos com o aspecto social de Boaventura de Souza Santos, identificado no *espaço de cidadania*, que é constituído pelas relações sociais da esfera pública entre cidadãos e o Estado, onde ocorrem as lutas sociais. "Nesse contexto, a unidade da prática social é o indivíduo, a forma institucional é o Estado, o mecanismo de poder e de dominação, e a forma de juridicidade é o direito territorial e o direito oficial estatal, o único existente para a dogmática jurídica". SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

32. LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

33. Esses jornais encontram-se à disposição para pesquisas no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa e nos arquivos do Centro de Pesquisas Correio do Povo, ambos localizados no centro da capital gaúcha. Além de matérias diárias do evento, é possível visualizar imagens do encontro nos jornais: *A Hora*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Folha da Tarde*.

34. MÜLLER, Liane Suzan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*: irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre, 1889-1920. 1999. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 116-134.

35. GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis*: dos movimentos frentenegrinos ao I Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre – RS (1931-1958). 2008. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

36. SANTOS, Valter. Encerramento do Congresso Nacional do Negro. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 set. 1958, p. 7.

37. No período entre 1945 a 1964, viveu-se de modo singular com a existência de um sistema multipartidário. A partir dessa fase democrática, passou também a existir em alguns partidos políticos a preocupação com a questão racial: o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Democrata Cristão. Nos maiores partidos deste período, o Social Democrático e a União Democrática Nacional, partidos conservadores, inexistia menção sobre a questão racial. SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Movimento negro e Estado*: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo; Coordenadoria Especial do Negro, 2007, p. 59.

38. Por constituirmos uma sociedade miscigenada, por muito tempo a política brasileira primou por ficar em silêncio frente a acontecimentos que poderiam desconstruir a imagem de um país harmônico e sem conflitos raciais. Isto representa a política do silêncio; o não dito é necessariamente excluído das formações discursivas, determinando os limites do dizer. ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio, no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 1995, p. 78.

Recebido em 4/5/2009
Aprovado em 30/5/2009